

## COMO GARANTIR O CONTROLO INTERNO ATRAVÉS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

### HOW TO ENSURE INTERNAL CONTROL THROUGH INFORMATION SYSTEMS: A THEORETICAL APPROACH

[10.29073/e3.v11i1.772](https://doi.org/10.29073/e3.v11i1.772)

Receção: 21/06/2024. Aprovação: 07/01/2025. Publicação: 29/06/2025

Silvia Miguel <sup>1</sup>; Célio Marques <sup>2</sup>; Daniel Oliveira <sup>3</sup>;

<sup>1</sup> Instituto Politécnico de Tomar, Portugal, [aluno19171@ipt.pt](mailto:aluno19171@ipt.pt); <sup>2</sup> Instituto Politécnico de Tomar, Portugal, [celiomarques@ipt.pt](mailto:celiomarques@ipt.pt); <sup>3</sup> Instituto Politécnico de Tomar, Portugal, [danieloliveira@ipt.pt](mailto:danieloliveira@ipt.pt);

#### RESUMO

O controlo interno é um processo de grande importância para as organizações. Consiste num conjunto de políticas e procedimentos e é desenvolvido para garantir a fiabilidade e a segurança a todas as partes interessadas. Neste sentido, torna-se crucial que as organizações tenham sistemas informáticos que auxiliem os gestores nas suas tomadas de decisão, garantindo que a informação apresentada é confiável. Assim, o presente artigo pretende analisar sistemas de informação que apoiem no controlo interno das organizações. Para o estudo, procedeu-se à especificação de requisitos utilizando como técnica de recolha de dados, o inquérito, e como instrumento de recolha de dados, o guião de entrevista. Para a identificação das ferramentas existentes no mercado e a análise do seu cumprimento face aos requisitos definidos, recorreu-se à técnica análise documental e utilizou-se a grelha estruturada como instrumento de recolha de dados. Verificou-se, com base na análise realizada, que atualmente não existe nenhum sistema de informação capaz de mitigar os requisitos identificados. Para trabalho futuro, seria interessante desenvolver e implementar um sistema de informação de apoio ao controlo interno das organizações.

**Palavras-chave:** Controlo interno, finanças, informação, sistemas de informação.

#### ABSTRACT

Internal control is a highly important process for organizations. Consisting of a set of policies and procedures, it is designed to ensure reliability and safety of all those involved. In this sense, it is crucial for organizations to have information systems that support managers in decision making, ensuring that the information they receive is reliable. This work aims to analyze the information systems that support internal control within organizations. For this study, a requirements specification was carried out using a survey as the data collection technique and an interview script as the instrument of data collection. To identify the available market offerings and assess their compliance with the defined requirements, document analysis technique was employed, and a structured grid was used to collect the data. The analysis revealed that no information system currently meets the identified requirements. Future work should focus on developing and implementing an information system to support internal control within the organizations.

**Keywords:** Internal control, finance, information, information systems.

## 1. INTRODUÇÃO

A tomada de decisões nas organizações é da competência do órgão de gestão. Para que este consiga tomar as melhores decisões, necessita de ferramentas que o auxiliem, pois, num mercado onde a concorrência é cada vez maior, estar na posse de informação útil e atempada é crucial (Almeida, s.d.). Pode, assim, afirmar-se que “todo e qualquer tipo de informação deve ser credível,

de forma que os utilizadores a quem a mesma se destina dela possam retirar conclusões idóneas” (Costa & Alves, 2014, p. 48). Para tal, é necessário criar procedimentos dentro das organizações que tornem todo este processo mais simples e acessível a qualquer circunstância.

Na gestão de uma organização, existem fatores críticos e incontornáveis – como o aumento de produtividade, o foco na eficiência e melhoria contínua, bem como a disponibilidade e a qualidade de informação para apoio à decisão – que são essenciais quando o objetivo é o crescimento de uma organização.

Neste contexto, o controlo interno (CI) é um dos mecanismos mais importantes e que merece um maior investimento por parte das organizações, pois estes controlos têm como objetivo auxiliar na orientação dos negócios e proporcionar uma garantia razoável de que os objetivos e metas serão concretizados de forma eficaz e eficiente. Paralelamente, os sistemas de informação (SI) desempenham um papel fundamental, pois fornecem informação precisa, relevante e oportuna aos gestores para as suas tomadas de decisão.

As organizações nas áreas da contabilidade e da gestão, que têm como principal objetivo apoiar os seus clientes nas tomadas de decisão, necessitam de dispor de informações que sejam as mais atuais e corretas possível.

Com este estudo, pretendeu-se analisar alguns dos SI existentes no mercado e a forma como estes se relacionam com o CI na gestão da organização.

O artigo está organizado em cinco capítulos, correspondendo o primeiro à introdução, o segundo à revisão de literatura, o terceiro à metodologia, o quarto à análise de resultados e, por fim, o quinto capítulo apresenta as conclusões.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Com base em definições de vários autores, pode afirmar-se que o CI é um conjunto de processos, políticas e procedimentos definidos pelo órgão de gestão, tendo como objetivo assegurar a fiabilidade do relato financeiro e a preparação de demonstrações financeiras (DF) de acordo com o referencial de relato financeiro aplicável à entidade. Assim, é garantida a integridade e fiabilidade dos dados contabilísticos.

Segundo Costa (2017, pp. 252-253) e com base no estabelecido no *Institute of Internal Auditors* (IIA), os objetivos do CI visam assegurar:

- “A confiança e a integridade da informação financeira e operacional;
- A eficiência das operações de forma a atingir os objetivos estabelecidos;
- A salvaguarda de ativos;
- O cumprimento das leis, regulamentos e contratos.”

O CI foi criado com o intuito de minimizar os riscos do negócio e os possíveis erros ou fraudes que possam comprometer o alcance dos objetivos definidos para as entidades. Serve também como apoio à gestão ou administração na tomada de decisões, tendo como finalidade alcançar os objetivos da organização.

Morais e Martins (2013) e Almeida (2019) consideram que qualquer sistema de controlo interno deve incluir vários tipos de controlo, consoante as necessidades da entidade.

A

Tabela 2, apresenta os vários tipos de controlo e alguns exemplos, segundo os autores anteriormente mencionados.

**Tabela 2 – Tipos de Controlos**

<b>Tipos de Controlo</b>	<b>Classificação</b>
Preventivos	Servem para impedir que factos indesejáveis ocorram. São considerados controlos à priori, que entram imediatamente em funcionamento, impedindo que determinados factos indesejáveis se processem. Ex.: Obrigar a duas assinaturas em todos os pagamentos; obter lista de fornecedores aprovada.
Detetivos	Servem para detetar ou corrigir factos indesejáveis que já tenham ocorrido. São considerados controlos à posteriori. Ex.: Elaborar reconciliações bancárias; efetuar contagens físicas
Diretivos ou Orientativos	Servem para provocar ou encorajar a ocorrência de um facto desejável, isto é, para produzir efeitos “positivos”, porque boas orientações previnem que más aconteçam. Ex.: Criar regulamentos internos na entidade;
Corretivos	Servem para retificar problemas identificados. Ex.: Relatórios de artigos obsoletos;
Compensatórios	Servem para compensar eventuais fraquezas de controlo noutras áreas da entidade. Ex.: Os totais de vendas por produto registados pela área comercial podem ser cruzados com total de créditos das vendas na contabilidade.

**Fonte:** Morais & Martins, 2013; Almeida, 2019

Face à evolução dos mercados, a existência de um modelo de controlo interno (MCI) tem vindo a assumir uma importância crescente nas organizações. Um MCI, tanto na vertente preventiva como na vertente corretiva de irregularidades, assume particular relevância, sobretudo devido aos escândalos financeiros ocorridos nos últimos anos. Mais do que nunca, as organizações e investidores exigem estruturas e práticas de controlo consistentes e fiáveis, que evidenciem a boa governação corporativa. Entre os modelos de MCI destacam-se o COSO e o COBIT.

A implementação do modelo COSO numa organização permite avaliar e gerir riscos, bem como definir os objetivos com base na sua estratégia, assegurando o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis. Neste sentido, este modelo constitui uma mais-valia para as organizações, pois melhora o seu CI, transmitindo confiança aos clientes e a outras pessoas interessadas na informação da organização. Proporciona, ainda, um aumento da credibilidade da organização. A implementação do modelo COBIT, por sua vez, garante a qualidade, o controlo e a fiabilidade nos SI de uma organização, o que constitui um dos aspetos mais importantes de qualquer negócio na atualidade.

As organizações procuram constantemente melhorar os seus processos de tomada de decisão, sendo que muitas investem em SI que suportem essas decisões. Utilizar os SI nas organizações é algo cada vez mais comum e necessário. Existem várias definições de SI. Para Rezende (2006, p. 21) “Sistemas de informação são todos os sistemas que produzem ou geram informações, que são dados trabalhados (ou com valor atribuído ou agregado a eles) para execução de ações e para auxiliar processos de tomada de decisões”.

Os SI são, portanto, um conjunto de elementos cujo objetivo é agrupar, recolher, processar, armazenar e transmitir informações, ajudando as organizações a organizar os dados e utilizá-los a seu favor. Esta otimização facilita o acesso à informação e contribui para um aumento da produtividade da organização.

Os decisores internos necessitam de uma diversidade de informações para fundamentar as suas decisões. A informação só é útil a partir do momento em que é exata, confiável e oportuna, baseada em dados verídicos e comunicada atempadamente.

Os SI podem abranger toda a organização e servir de suporte às atividades realizadas em cada departamento, monitorizando as atividades realizadas diariamente pelas organizações.

Estes SI podem ser classificados de acordo com a sua tipologia, sendo que cada tipo tem especificidades e particularidades orientadas para o fornecimento de determinada informação. Trabalham de forma integrada, apoiando os processos e funções da organização e contribuindo para o suporte da tomada de decisão.

Rezende (2006) menciona que existe, nas organizações, uma hierarquia padrão à qual os níveis de informação e decisão organizacional obedecem. Esta hierarquia compreende os níveis estratégico, tático e operacional.

Segundo Gouveia e Ranito (2004, p. 57), existem diversos tipos de SI, podendo a divisão efetuar-se em duas dimensões: níveis de gestão da organização e área funcional.

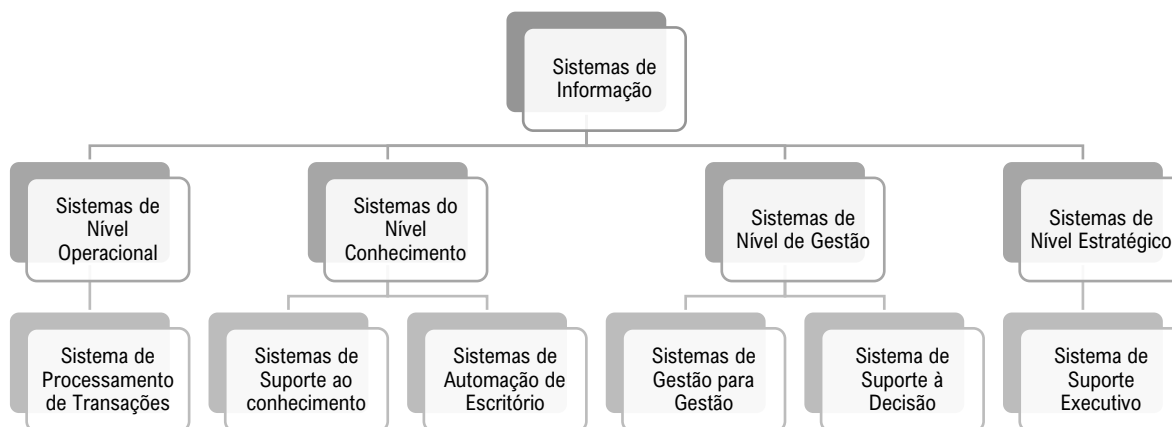
Ao nível da gestão, podem identificar-se quatro níveis de sistemas, que correspondem aos níveis tradicionais de gestão de uma organização, como mencionado pelos autores Gouveia e Ranito (2004, p. 57), são eles: nível estratégico; nível de gestão; nível de conhecimento; nível operacional.

A nível da área funcional, como mencionado por Gouveia e Ranito (2004), os SI podem ser divididos por tipo de função organizacional, como por exemplo: Marketing e Vendas; Produção; Recursos Humanos; Apoio a Clientes; Contabilidade; Finanças, entre outros.

Estas duas dimensões cruzam-se, uma vez que existem “níveis de gestão da organização diferentes para cada área funcional e podendo um sistema de marketing e vendas, por exemplo, estar associado a vários níveis de gestão (operacional e de conhecimento, por exemplo)” (Gouveia e Ranito, 2004, p. 57).

Na Figura 1 são apresentados esquematicamente, os diferentes níveis organizacionais, a nível de gestão, segundo os autores Gouveia e Ranito (2004) e alguns exemplos de sistemas tipicamente existentes em cada um dos níveis.

Figura 1 - Diferentes níveis organizacionais



#### a) Sistemas de Nível Operacional (SNO)

Segundo Gouveia e Ranito (2004), os Sistemas de Nível operacional (SNO), “são sistemas de informação que registam dados gerados pelas atividades e transações elementares na organização”. Ou seja, estes sistemas monitorizam as atividades elementares e transicionais da organização, tendo como principal objetivo responder a situações do quotidiano. Um exemplo deste tipo de sistemas são os Sistemas de Processamento de Transações (SPT).

Os SPT, ou *Transaction Processing Systems* (TPS), são os sistemas mais antigos utilizados nas organizações. São sistemas integrados que atendem ao nível operacional e estão na base de toda a atividade de recolha de informação, servindo de suporte às transações rotineiras do dia a dia da organização.

São sistemas que guardam tipicamente milhões de registos, e o foco principal reside na eficiência, na introdução rápida de transações, em detrimento da pesquisa sofisticada de dados, quer do ponto de vista de interface com o utilizador, quer mesmo do ponto de vista da arquitetura técnica subjacente. São sistemas normalmente desenvolvidos à medida, uma vez que atuam muito perto do negócio principal da organização (*core business*) e devem ser perfeitamente adequados à função, bem como aos recursos tecnológicos existentes, de forma a maximizar a performance e a minimizar as necessidades de armazenamento (Gouveia & Ranito, 2004, p. 58).

Para Rezende (2006), este tipo de sistemas é imprescindível para o funcionamento harmonioso da organização, uma vez que permite controlar, em detalhe, os dados das operações, auxiliando assim a tomada de decisão.

Os SPT são aplicáveis a diversas atividades. Alguns exemplos incluem: o controlo de *stocks*, responsáveis por controlar produtos armazenados na organização e respetiva movimentação; a gestão de ativos financeiros da organização, incluindo diversas categorias de processo como contas a pagar, contas a receber, faturas, compras, entre outras; a obtenção de dados, para um melhor planeamento sobre as vendas; a análise de dados de mercado, com vista ao planeamento de compras a longo prazo.

“Os gerentes precisam de SPTs para monitorar o andamento das operações internas, assim como as relações da empresa com o ambiente externo. Os SPTs também são importantes fontes de

informações para outros tipos de sistemas e funções empresariais.” Laudon e Laudon (2014, p. 43).

b) Sistemas do Nível Conhecimento (SNC)

Os Sistemas do Nível de Conhecimento (SNC) têm como propósito ajudar as organizações a integrar novos conhecimentos nos seus negócios e auxiliar no controlo do fluxo de trabalho. Estes SI suportam o trabalho de quem lida com dados e com conhecimento. Como exemplos deste tipo de sistemas, destacam-se os Sistemas de Suporte ao Conhecimento (SSC) e os Sistemas de Automação de Escritório (SAE).

Os SSC, ou *Knowledge Work Systems (KWS)*, “são sistemas de informação que auxiliam os especialistas e profissionais qualificados na criação e integração de novos conhecimentos na organização” (Gouveia & Ranito, 2004, p. 59). Estes sistemas baseiam-se num conjunto codificado de conhecimento e são críticos para o desenvolvimento de novos produtos e serviços. Os SSC apoiam os trabalhadores do conhecimento, que, segundo Stair e Reynolds (2015, p. 6), “são pessoas que criam, utilizam e disseminam conhecimento, e são normalmente profissionais da ciência, engenharia, administração e outras áreas”. Estes sistemas têm como preocupação principal assegurar que o novo conhecimento (informação) seja tecnicamente exato e adequado quando seja integrado na empresa. Existem vários exemplos do SSC, como os sistemas de realidade virtual e os sistemas de projeto apoiado por computador.

Os SAE, ou *Office Automation Systems (OAS)*, são sistemas centrados no processamento de informação e na automação das atividades nas organizações, permitindo uma procura mais rápida e fiável da informação.

São sistemas de computador destinados ao aumento da produtividade do trabalhador de dados – pessoal administrativo – que tende a processar informação em vez de a criar (incluindo o seu uso, manipulação e disseminação). Este tipo de sistemas corresponde a uma vasta panóplia de aplicações, que passa por aplicações de correio eletrónico, processadores de texto, publicação assistida por computador, sistema de documentação e imagem (gestão documental) e calendários eletrónicos (afetação de recursos/tempo) (Gouveia & Ranito, 2004, p. 59).

c) Sistemas de Nível de Gestão (SNG)

A implementação de SI para a gestão deve ter como principal objetivo “fornecer dados para a tomada de decisões, controlo e conformidade com exigências externas” (Costa, 2017, p. 119). Estes sistemas suportam as “atividades dos gestores intermédios, fornecendo funcionalidades de supervisão, controlo, tomada de decisão e atividades administrativas” (Gouveia & Ranito, 2004, p. 60).

Dado que se concentram na gestão corrente, operacional e tática, estes sistemas oferecem aos gestores as ferramentas necessárias para acompanhar os processos diários, bem como para o seu planeamento e controlo. Os Sistemas de Gestão para Gestão (SGG) e os Sistemas de Suporte à Decisão (SSD) são exemplos deste tipo de sistemas.

Os SGG, ou *Management Information Systems (MIS)*, “suportam tipicamente funções de planeamento, controlo e tomada de decisão, proporcionando informações de síntese da atividade diária e relatórios de exceção (orientado para a informação do ambiente interior à organização)”

(Gouveia & Ranito, 2004, p. 60). Estes sistemas são geralmente orientados para o reporte das atividades do dia a dia e para o controlo das operações, suportando as decisões estruturadas e semiestruturadas nos níveis operacional e de gestão. Laudon e Laudon (2014) mencionam que estes SI fornecem relatórios sobre o desempenho atual da organização, permitindo monitorizar e controlar a sua atividade, bem como prever o seu desempenho futuro. Stair e Reynolds (2015, p. 443) acrescentam que os SGG “dão às empresas e a outras organizações uma vantagem competitiva, fornecendo as informações certas para as pessoas certas em formato e tempo certos”.

Exemplos de aplicações deste tipo incluem: gestão de vendas, controlo de inventário, orçamento anual e análise de investimento.

Segundo Stair e Reynolds (2015), os SGG, em geral, desempenham as seguintes funções:

- Emissão de relatórios com formatos fixos e padronizados;
- Produção de relatórios digitais e em papel;
- Utilização de dados internos armazenados no sistema informático;
- Permissão para que os utilizadores desenvolvam os seus próprios relatórios personalizados.

Os SSD, ou *Decision Support Systems* (DSS), “são sistemas de informação desenvolvidos para níveis de gestão da organização, que combinam dados e modelos analíticos sofisticados para o suporte da tomada de decisão semiestruturada ou não estruturada” (Gouveia & Ranito, 2004, p. 61).

Estes SI são concebidos para responder às necessidades específicas da gestão, focando-se em “problemas únicos e que se alteram com rapidez, para os quais não existe um procedimento de resolução totalmente predefinido.” (Laudon & Laudon, 2014, p. 45). “Oferecem o potencial de gerar maiores lucros, menores custos e melhores produtos e serviços.” (Stair & Reynolds, 2015, p. 463).

Stair e Reynolds (2015) destacam ainda várias características de SSD que os tornam ferramentas eficazes de apoio à gestão, tais como:

- Fornecimento de acesso rápido à informação;
- Capacidade de lidar com grandes volumes de dados de diferentes fontes;
- Fornecimento de relatórios e flexibilidade na apresentação;
- Disponibilização de orientação textual e gráfica;
- Apoio a análises detalhadas;
- Realização de análises complexas e comparações, com recurso a *software* analítico avançado;
- Antecipação de oportunidades ou problemas futuros.

#### d) Sistemas de Nível Estratégico (SNE)

Os Sistemas de Nível Estratégico (SNE) suportam as atividades do nível estratégico, sendo destinados aos gestores de topo. Estes sistemas “permitem o planeamento de longo prazo, tipicamente integrando informação histórica, multidimensional, hierárquica e que abranja a diversas áreas da organização.” (Gouveia & Ranito, 2004, p. 61). O objetivo dos SNE é conciliar

mudanças no ambiente externo com as capacidades organizacionais existentes. Um exemplo deste tipo de sistema são os Sistemas de Suporte Executivo (SSE).

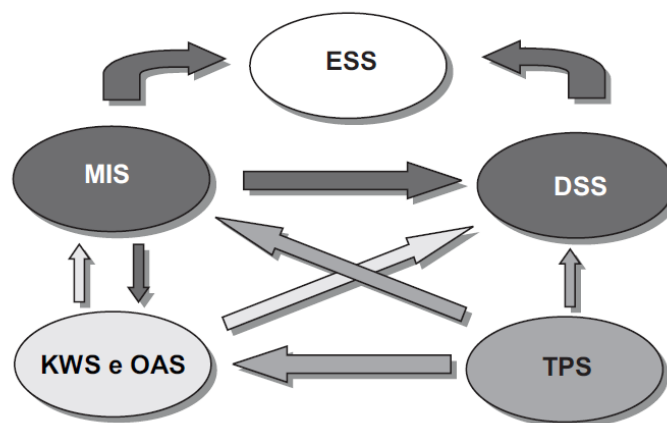
Os SSE, ou *Executive Support Systems* (ESS), apoiam o nível estratégico, ou seja, a equipa executiva de uma organização. “Abordam decisões não rotineiras que exigem bom senso e capacidade de avaliação e percepção, uma vez que não existe um procedimento previamente estabelecido para se chegar a uma solução.” (Laudon & Laudon, 2014, p. 47).

São sistemas de informação ao nível estratégico, concebidos para auxiliar na tomada de decisão não estruturada através do uso avançado de gráficos e comunicações. (...) Este tipo de sistemas necessita normalmente de analisar e condensar grandes volumes de informação histórica, recorrendo a tecnologias de pesquisa e representação do conhecimento muito próprias (Gouveia & Ranito, 2004, p. 63).

Estes sistemas permitem aos utilizadores transformar dados corporativos em relatórios de nível executivo, de acesso rápido, e também recolhem informação resumida proveniente dos SGG e dos SSD internos. Estes sistemas melhoram a tomada de decisão ao nível executivo. Stair e Reynolds (2015, p. 480) afirmam que “um ESS eficaz deve ter a capacidade de apoiar as decisões executivas com componentes, como planeamento estratégico e organização, gestão de crises, entre outros”.

Assim, foram identificados seis tipos de SI que respondem aos diferentes níveis de gestão e que, como ilustrado na Figura 2, estão todos interligados. Esta interligação é essencial para garantir que a informação flui eficazmente entre as várias da organização. A Figura 2 demonstra o fluxo de dados entre os diferentes SI, desde os sistemas TPS, onde os dados se originam, até aos sistemas ESS, que os utilizam como destino final, passando pelos restantes sistemas intermédios.

Figura 2 – Interligação dos tipos de SI



Fonte: Gouveia & Ranito, 2004, p.64

Os diferentes tipos de SI auxiliam as organizações a operar de forma mais adequada, a alcançar os seus objetivos com maior facilidade e a contribuir para a eficiência da gestão. Permitem ainda que os gestores reúnam informações relevantes, que apoiam tanto os processos internos da organização como o atendimento aos seus clientes. Pode, assim, afirmar-se que um SI deve ser desenvolvido tendo em conta as necessidades do negócio, pois “pensar nos sistemas de

informação na organização é pensar na estratégia de suporte do próprio negócio da organização” (Gouveia & Ranito, 2007, p. 64).

Na gestão de uma organização, existem fatores críticos e incontornáveis – como o aumento de produtividade, o foco na eficiência e na melhoria contínua, bem como a disponibilidade e a qualidade da informação para apoio à decisão – que são essenciais quando o objetivo é o crescimento de uma organização. Torna-se, portanto, evidente a necessidade da existência e da articulação entre os SI e CI, de forma a garantir o cumprimento desses fatores e, conseqüentemente, apoiar a gestão da organização.

Verificou-se que existe um conjunto de tipos de SI que se relacionam com o CI, ou seja, não existe propriamente um SI exclusivo o CI, mas sim um conjunto de SI que contribuem para a sua eficácia. O CI tem um carácter preventivo e, com o apoio dos SI, é possível garantir que os procedimentos sejam executados de forma a evitar erros e que os dados gerados sejam fiáveis para os seus utilizadores.

Conclui-se, assim, que, na gestão de uma organização, a relação de SI com o CI é fundamental para potenciar o seu crescimento. Os SI facilitam o fluxo funcional da informação em toda a organização, enquanto o CI determina procedimentos e normas que asseguram o cumprimento dos processos internos.

### 3. METODOLOGIA

Este artigo insere-se numa investigação de natureza qualitativa. Para a especificação de requisitos, foi utilizada a técnica de recolha de dados por inquérito, tendo sido adotado, como instrumento, o guião de entrevista. As entrevistas foram realizadas em fevereiro de 2022, junto de profissionais da área de contabilidade. Optou-se por entrevistas semiestruturadas, uma vez que permitem reorientar o guião consoante maneira forma como os entrevistados respondem. Este guião foi previamente validado por especialistas da área.

Dado a variedade de SI existentes no mercado, com a capacidade de prever as necessidades de gestão e apoiar as organizações no seu quotidiano, recorreu-se à técnica de análise documental para proceder à análise de cada um desses sistemas. Esta análise decorreu durante os meses de março e abril de 2022, com recurso a uma grelha estruturada.

Através desta técnica, foi possível identificar e analisar individualmente as características de cada SI, avaliando a sua contribuição para as organizações de contabilidade. As características das ferramentas foram comparadas com os requisitos funcionais e não funcionais previamente recolhidos.

### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas entrevistas realizadas a profissionais da área da contabilidade, foram identificados os seguintes requisitos para um SI que apoie o CI das organizações.

## Requisitos Funcionais

O SI deve:

1. Permitir o confronto entre a informação contabilística e a informação obtida através de entidades externas;
2. Permitir que o utilizador introduza, numa folha específica, o balancete que é exportado diretamente do programa de contabilidade;
3. Realizar, sobre o balancete introduzido, as validações e justificações necessárias para a elaboração de demonstrações financeiras (DF);
4. Disponibilizar uma lista de tarefas, dividida por classes de contas, na qual seja possível identificar as tarefas a executar, gerando alertas para sinalizar o que está ou não por executar e se os dados introduzidos estão corretos;
5. Apresentar, em folhas distintas, o acumulado de contas, o extrato de contas, o balanço e a demonstração de resultados (DR), extraídos diretamente do programa de contabilidade, para consulta durante a execução das tarefas;
6. Incluir mapas de suporte que permitam identificar os movimentos que justificam os saldos das contas indicados no balancete.

## Requisitos Não Funcionais

O SI deve:

- a) Ser um modelo padronizado e maioritariamente automatizado, capaz de responder às necessidades de qualquer cliente, facilitando os processos de revisão de encerramento mensal e anual;
- b) Garantir o cumprimento de um conjunto de normas;
- c) Evidenciar que o trabalho realizado pelos seus colaboradores foi efetivamente executado e que os resultados apresentados ao cliente estão corretos.

Estes requisitos visam identificar uma ferramenta que permita evidenciar a realização das tarefas e a apresentação de um balancete devidamente justificado e validado, para elaboração das demonstrações financeiras, com base em mapas de suporte.

Pretende-se ainda que a ferramenta esteja alinhada com os modelos de COSO e COBIT, e que contemple os seguintes tipos de controlos:

- Corretivos, para permitir a correção atempada de procedimentos executados de forma inadequada;
- Orientativos, através da criação de guias, como listas de verificação (*checklists*), que orientem o utilizador; e
- Compensatórios, com base em informação proveniente de entidades externas, que permita justificar os valores contabilísticos.

Atualmente, o mercado disponibiliza diferentes tipos de SI capazes de antecipar as necessidades de gestão e de apoiar as organizações nas suas atividades diárias. Estes sistemas constituem a base de grande parte da informação utilizada nos diversos níveis de gestão, sendo eficazes no processamento dos dados e na produção de relatórios periódicos, como extratos, balancetes, mapas de exploração e relatórios de gestão, entre outros documentos que auxiliam a gestão nas suas decisões quotidianas.

Tendo em conta as necessidades específicas das organizações de contabilidade, foi realizada uma análise de mercado com o objetivo de identificar soluções existentes e avaliar a sua adequação como resposta às exigências identificadas.

Foram analisados diferentes sistemas, com o intuito de compreender quais os que melhor se adequam à resolução das necessidades identificadas. Estes serão apresentados de seguida, com uma breve descrição das suas principais características.

a) DEFIR

O DEFIR é um sistema destinado a profissionais da contabilidade e analistas financeiros, que contempla as várias DF, de acordo com o normativo utilizado, a Declaração Modelo 22, a Informação Empresarial Simplificada (IES), a análise económica e financeira da empresa, bem com todos os conceitos a elas associados.

Trata-se de um produto que, de forma coerente e integrada, proporciona um conjunto de relatórios, quadros e gráficos de informação numa perspetiva contabilística, fiscal, económica e financeira.

b) TOConline

“O TOConline é um sistema de gestão que facilita a comunicação com o contabilista e simplifica os processos de faturação das empresas e profissionais liberais.” (Cloudware, s.d.). Está disponível exclusivamente para contabilistas certificados, mediante subscrição. O sistema integra diferentes módulos, agrupados em duas áreas principais: a gestão comercial (módulo de faturação, compras e vendas) e a gestão administrativa (módulo de salários, contabilidade e gestão de ativos).

c) CentralGest

O CentralGest é um sistema disponível em modo online ou offline, constituindo uma solução empresarial totalmente integrada. Os seus módulos abrangem diversas áreas, nomeadamente: contabilidade, gestão de ativos, financeira, recursos humanos (RH), área comercial, produção e indústria, construção civil e gestão agrícola.

d) Primavera

O Primavera suporta e agiliza os processos de negócio mais complexos, através de um conjunto de áreas operacionais totalmente interligadas, como: logística, área financeira, gestão de contactos e oportunidades, projetos e serviços, recursos humanos, equipamentos e ativos. Este software permite a construção de indicadores, a exploração da informação em tabelas, quadros ou gráficos, e assegura ainda a geração de todos os mapas fiscais obrigatórios.

e) MyREPORT

“O MyREPORT é uma ferramenta simples e intuitiva, pensada especialmente para quem tem de produzir informação financeira em série ou com regularidade” (Alphabet Dimension, Lda., 2022).

Através da importação de um balancete em formato Excel, o MyREPORT permite exportar um ficheiro em Excel com as principais DF e diversos quadros de detalhe. Consoante o plano subscrito, é possível aceder a funcionalidades adicionais, como: a construção de DF e notas anexas de acordo com os modelos predefinidos; automatização da demonstração de fluxos de caixa; produção de um ficheiro pré-preenchido da IES, a partir dos balancetes carregados e dados

da ficha de cadastro da empresa; produção automática de relatórios Word, como o relatório de gestão e o anexo às DF.

Após a análise dos sistemas existentes no mercado, foi criada uma tabela comparativa (Tabela 2), relacionando as funcionalidade de cada sistema com os requisitos funcionais e não funcionais enumerados anteriormente.

**Tabela 2** – Relação entre os requisitos funcionais e os sistemas

	<b>DEFIR</b>	<b>TOOnline</b>	<b>CentralGest</b>	<b>Primavera</b>	<b>My REPORT</b>
Requisito Funcional 1	x	✓	✓	✓	x
Requisito Funcional 2	✓	✓	✓	✓	✓
Requisito Funcional 3	x	x	x	x	x
Requisito Funcional 4	x	x	x	x	x
Requisito Funcional 5	x	✓	✓	✓	x
Requisito Funcional 6	x	x	x	x	x

Em relação ao primeiro requisito funcional, verificou-se que alguns dos sistemas analisados – nomeadamente o TOOnline, Primavera e CentralGest – permitem o confronto entre a informação contabilística e informação obtida através de entidades externas. Estes sistemas possibilitam a realização automática da reconciliação bancária, tarefa que consiste na comparação e conferência dos movimentos registados no extrato bancário com os movimentos contabilísticos da organização. Trata-se, assim, de uma confrontação entre dados provenientes de uma entidade externa (entidade bancária) e a informação interna da contabilidade. Embora estes sistemas consigam conciliar automaticamente alguns documentos, é necessário que o utilizador os introduza manualmente aqueles que o sistema não consiga identificar.

No que diz respeito ao segundo requisito – a importação do balancete extraído de um software de contabilidade – tanto o DEFIR como o My REPORT requerem essa importação para o seu funcionamento. Por sua vez, o TOOnline, Primavera e CentralGest permitem a exportação direta do balancete, cumprindo igualmente este requisito.

Quanto ao terceiro requisito, que consiste na realização de validações e justificações sobre o balancete introduzido para efeitos de elaboração de DF, os sistemas mencionados são capazes de apresentar DF com base no balancete extraído do *software* de contabilidade. No entanto, importa referir que o balancete utilizado pode não ser o balancete final, sendo desejável que este resulte de uma validação conta a conta, devidamente justificada com informação contabilística ou proveniente de entidades externas.

Relativamente ao quarto requisito funcional, verificou-se que os sistemas analisados não disponibilizam funcionalidade que permitam ao utilizador visualizar, através de alertas, as tarefas que ainda se encontram por executar ou verificar se as informações introduzidas estão corretas.

No que diz respeito ao quinto requisito, verificou-se que os sistemas TOOnline, Primavera e CentralGest permitem a extração de ficheiros como o acumulado de contas, o extrato de contas, o balanço e a demonstração de resultados, cumprindo assim este requisito.

Quanto ao sexto requisito, concluiu-se que nenhum dos sistemas analisados inclui mapas de suporte que permitam identificar e validar os movimentos que justificam os saldos das contas indicados no balancete, de forma a garantir que as DF elaboradas estão corretas devidamente fundamentadas com suporte contábilístico ou informação externa.

Adicionalmente, foi elaborada a Tabela 3, que apresenta a relação entre os requisitos não funcionais e os sistemas analisados.

**Tabela 3** – Relação entre os requisitos não funcionais e os sistemas

	DEFIR	TOConline	CentralGest	Primavera	My REPORT
<b>Requisito Não Funcional 1</b>	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Requisito Não Funcional 2</b>	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Requisito Não Funcional 3</b>	✓	✓	✓	✓	✓

Em relação aos requisitos não funcionais, verifica-se que todos os sistemas oferecem mecanismos que, de forma padronizada e com algum grau de automatização, são aplicados uniformemente a todos os clientes, cumprindo assim o primeiro requisito não funcional.

Quanto aos restantes requisitos não funcionais, conclui-se que, de forma geral, todos os sistemas observam as normas, leis e procedimentos que devem reger um sistema de apoio à gestão do CI das organizações, assegurando o seu correto funcionamento.

Conclui-se, portanto, que, apesar da diversidade de sistemas disponíveis no mercado que apoiam as organizações nas suas atividades diárias, nenhum deles satisfaz integralmente todos os requisitos funcionais e não funcionais identificados neste estudo.

## 5. CONCLUSÕES

Um sistema de CI bem concebido, implementado e sujeito a uma avaliação contínua pode ser determinante para o sucesso no alcance das metas propostas para a organização. Este proporciona segurança quanto à legalidade e regularidade das operações, assegurando que o relato financeiro reflète, de forma verdadeira e apropriada, as operações/transações realizadas, de acordo com o referencial contábilístico aplicável. Neste sentido, e com o apoio das tecnologias de informação e comunicação (TIC), é possível implementar uma solução eficaz que garanta ao órgão de gestão e às partes interessadas o acesso a informação correta e atualizada para a tomada de decisão.

Conclui-se, assim, que, na gestão de uma organização, a relação entre os SI e o CI é fundamental para potenciar o seu crescimento. Os SI facilitam o fluxo funcional da informação em toda a organização, enquanto o CI estabelece procedimentos e normas que asseguram o cumprimento dos processos internos.

O processo de identificação de SI de apoio ao CI nas organizações de contabilidade envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas, a partir das quais foram definidos os requisitos funcionais e não funcionais. Após esta etapa, foi realizada uma análise de mercado para identificar as características das ferramentas existentes e avaliar a sua correspondência com os requisitos identificados. A análise revelou que, no que respeita aos requisitos funcionais, nenhuma das

soluções atualmente disponíveis cumpre integralmente todos os critérios definidos. Relativamente aos requisitos não funcionais, algumas das ferramentas existentes cumprem parcialmente os requisitos, sobretudo no que diz respeito à padronização e conformidade com normas, o que é essencial para o bom funcionamento de um sistema de apoio à gestão do CI.

Deste modo, conclui-se que, apesar da diversidade de SI existentes e do seu contributo para o apoio às organizações no seu dia a dia, não existe, atualmente, uma solução que satisfaça plenamente todos os requisitos identificados neste estudo.

Para trabalhos futuros, seria pertinente o desenvolvimento e a implementação de um SI especificamente concebido para apoiar as organizações em todos os processos relacionados com o CI.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, B. J. (2019). *Manual de Auditoria Financeira. Uma Análise Integrada Baseada no Risco*. Escolar Editora.
- Almeida, J. L. (s.d.). *Sistemas de Informação e a Contabilidade*. Ordem dos Contabilistas Certificados. Consultado a 15 de março de 2022. [https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xvii\\_cica/finais\\_site/97.pdf](https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xvii_cica/finais_site/97.pdf)
- Alphabet Dimension, Lda. (2022). *MyReport*. Consultado a 15 de março de 2022. <https://myreport.lainnovatis.com>
- Cloudware. (s.d.). TOOnline. Consultado a 3 de maio de 2022. <https://www.toconline.pt>
- Costa, C. B. (2017). *Auditoria Financeira: Teoria & Prática* (11<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Rei dos Livros.
- Costa, C. B., & Alves, G. C. (2014). *Contabilidade Financeira* (9<sup>o</sup> ed.). Lisboa: Rei dos Livros.
- Gouveia, L. B., & Ranito, J. (2004). *Sistemas de Informação de Apoio à Gestão*. Porto: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Gouveia, L. B., & Ranito, J. (2007). *Sistemas de Informação de Apoio à Gestão*. Porto: Principia – Publicações Universitárias e Científicas. Consultado a 27 de fevereiro de 2022, de [https://spi.pt/documents/books/inovacao\\_autarquia/docs/Manual\\_VII.pdf](https://spi.pt/documents/books/inovacao_autarquia/docs/Manual_VII.pdf)
- Laudon, K. C., & Laudon, J. P. (2014). *Sistemas de Informação Gerenciais* (11<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Pearson.
- Morais, G., & Martins, I. (2013). *Auditoria Interna* (4<sup>o</sup> ed.). Lisboa: Áreas Editora, SA.
- Rezende, D. A. (2006). *Engenharia de Software e Sistemas de Informação*. Rio de Janeiro: Brasport Livros e Multimídia Ltda. Consultado a 27 de fevereiro de 2022. <https://bityli.com/vUmPGLNH>
- Stair, R. M., & Reynolds, G. W. (2015). *Princípios de Sistema de Informação* (11<sup>a</sup> ed.). Cengage Learning.

### PROCEDIMENTOS ÉTICOS

**Conflito de interesses:** nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar. **Revisão por pares:** revisto por pares.



Todo o conteúdo da [e<sup>3</sup> – Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP](#) é licenciado sob *Creative Commons*, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.